



IMPLICAÇÕES DA NOVA LEGISLAÇÃO SOBRE O DIREITO DOS UTENTES



CP2-Ambiente e Segurança
Jorge M. S. Ferreira

INDICE

1. Âmbito de Aplicação
2. O Porquê das Obras
3. Cronologia
4. Condições de Execução das Obras
5. Condições mínimas de circulação nos troços em obras
6. Obras nocturnas
7. Obras urgentes
8. Informação aos utentes
9. Incumprimento
10. Responsabilidade/Presunção de Culpa
11. Regulação
12. Constitucionalidade
13. Acções Futuras



1.Âmbito de Aplicação

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 — O disposto na presente lei aplica-se às **auto-estradas concessionadas**, itinerários principais e itinerários complementares, nos termos do Plano Rodoviário Nacional (PRN) vigente, dotados de perfil transversal com faixas separadas e, no mínimo, com duas vias em cada sentido.

2 — O regime previsto na presente lei aplica-se, com as devidas adaptações, às auto-estradas concessionadas com portagem, sem custos directos para o utilizador.

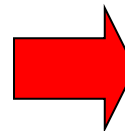
Entende-se como **Obras** os trabalhos de alargamento, beneficiação ou reparação nas vias rodoviárias

2. O Porquê das Obras

“O aumento de número de vias dos Lanços da Auto-Estrada será realizado em harmonia com o seguinte:

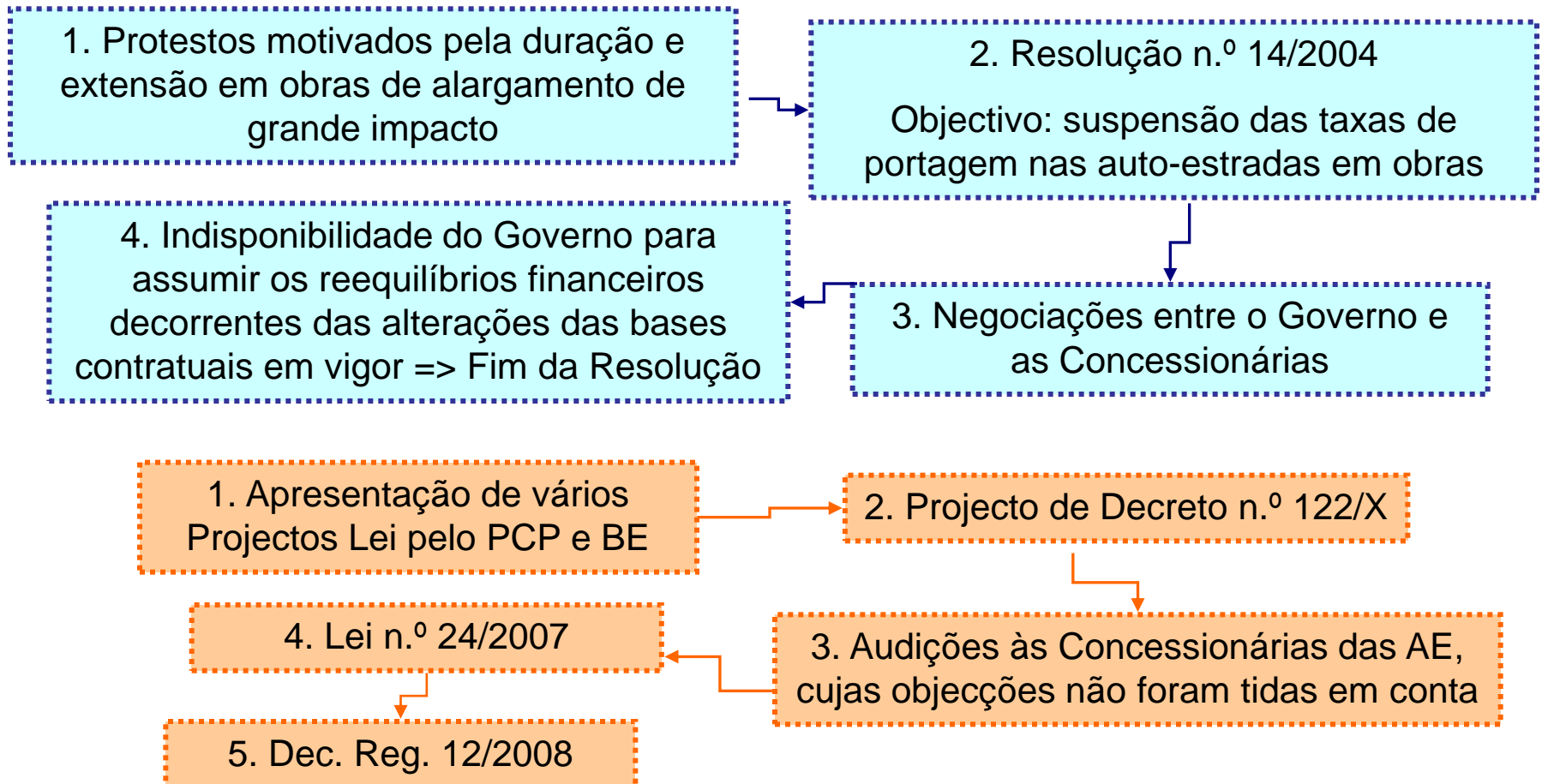
- a) Nos Lanços com quatro vias, terá de entrar em serviço mais uma via em cada sentido, dois anos depois daquele em que o tráfego médio diário anual atingir 35 000 (trinta e cinco mil) veículos;*
- b) Nos Lanços com seis vias, terá de entrar em serviço mais uma via em cada sentido, dois anos depois daquele em que, o tráfego médio diário anual atingir 60 000 (sessenta mil) veículos.”*

Exemplo: Contrato da Concessão Norte



OBRIGAÇÃO CONTRATUAL

3.Cronologia



4. Condições de Execução das Obras

Artigo 4.º

Condições de execução das obras

1 — Quaisquer obras que exijam uma intervenção por um período de tempo superior a setenta e duas horas são precedidas de um projecto a apresentar pela concessionária, em estrito cumprimento dos regulamentos e planos de actuação aprovados pelo Governo.

2 — A aprovação do projecto de obra referido no número anterior é da responsabilidade do concedente.

3 — Cabe à concessionária o cumprimento integral das medidas previstas no projecto de execução da obra.

4 — Quando haja discrepância entre as medidas previstas no projecto e os resultados verificados na obra, a concessionária antecipa, perante o concedente, as necessárias justificações e as medidas correctivas a implementar.

5 — As medidas correctivas referidas no número anterior carecem de aprovação do concedente.

6 — O regime previsto no presente artigo aplica-se às vias rodoviárias abrangidas pela presente lei, que sejam da responsabilidade do Estado.



Obras \geq 3 dias \Rightarrow Projecto

\neq

Art.º79 do RST

Obras \geq 30 dias ou se a natureza ou extensão assim o justificarem \Rightarrow Projecto
(*Dossier de Exploração*)

Este Projecto é dispensado, caso a situação a sinalizar esteja prevista no Manual de Sinalização Temporária aprovado

4. Condições de Execução das Obras

Artigo 3.º

Projecto das condições de execução das obras

- a) A identificação dos horários e a programação temporal dos trabalhos;
- b) A identificação dos desvios provisórios de tráfego;
- c) Uma memória descritiva das medidas e dos sistemas de sinalização, segurança, vigilância e fiscalização das obras;
- d) A identificação dos procedimentos de intervenção rápida que permitam reduzir ao mínimo os períodos de obstrução das vias e garantir a segurança e comodidade de circulação dos utentes em caso de obras com constrangimentos laterais superiores a 2 km;
- e) A informação e publicitação a prestar aos utentes, designadamente em caso de eventuais incidentes nas obras, as linhas de apoio e informação e os restantes locais onde as informações relevantes sejam divulgadas; e
- f) A identificação do técnico responsável pela implementação do projecto e do técnico responsável pela sinalização e segurança da obra, incluindo os respectivos contactos.

Obras só podem iniciar após aprovação do Projecto pelo Concedente

Prazo Aprovação = 30 dias

Realização da obra sem projecto aprovado
ou
Ultrapassagem do prazo de execução dos trabalhos



INCUMPRIMENTO DA CONCESSIONÁRIA

5. Condições mínimas de circulação nos troços em obras

“a) Em cada lanço, existência de um único troço em obras em cada sentido, não podendo exceder os 10Km”

Artigo 3.º

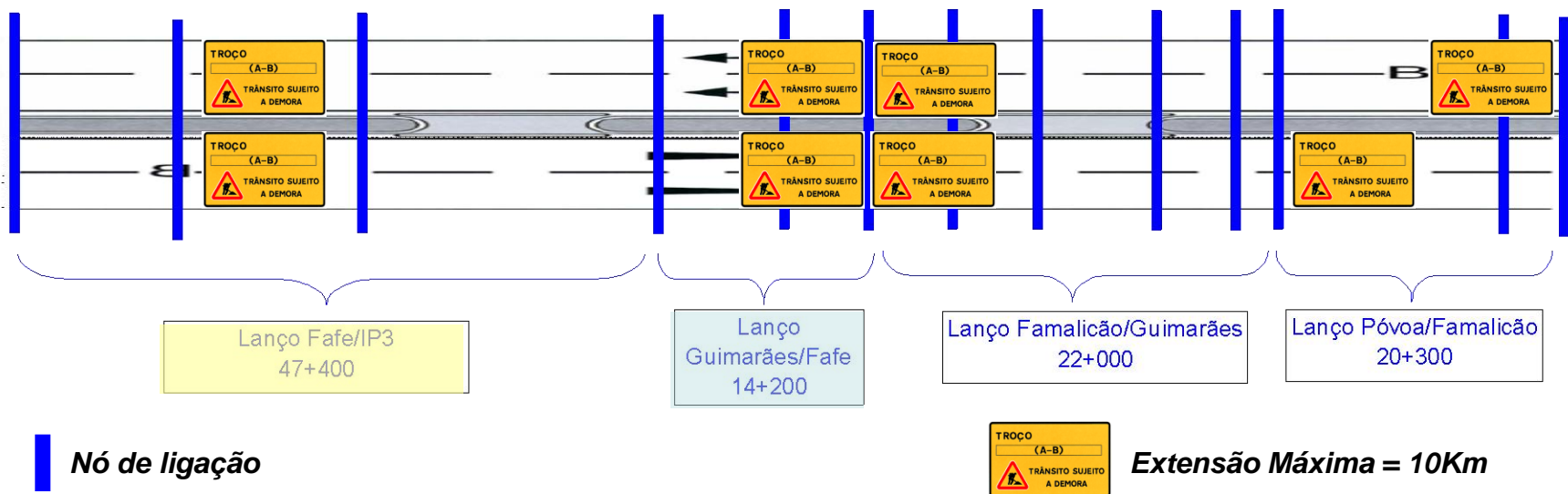
Definições

«Lanço» as secções em que se divide a auto-estrada;



5. Condições mínimas de circulação nos troços em obras

“a) Em cada lanço, existência de um único troço em obras em cada sentido, não podendo exceder os 10Km”



Sendo a AE constituída por Lanços de pequena extensão, “pode estar toda em obras”

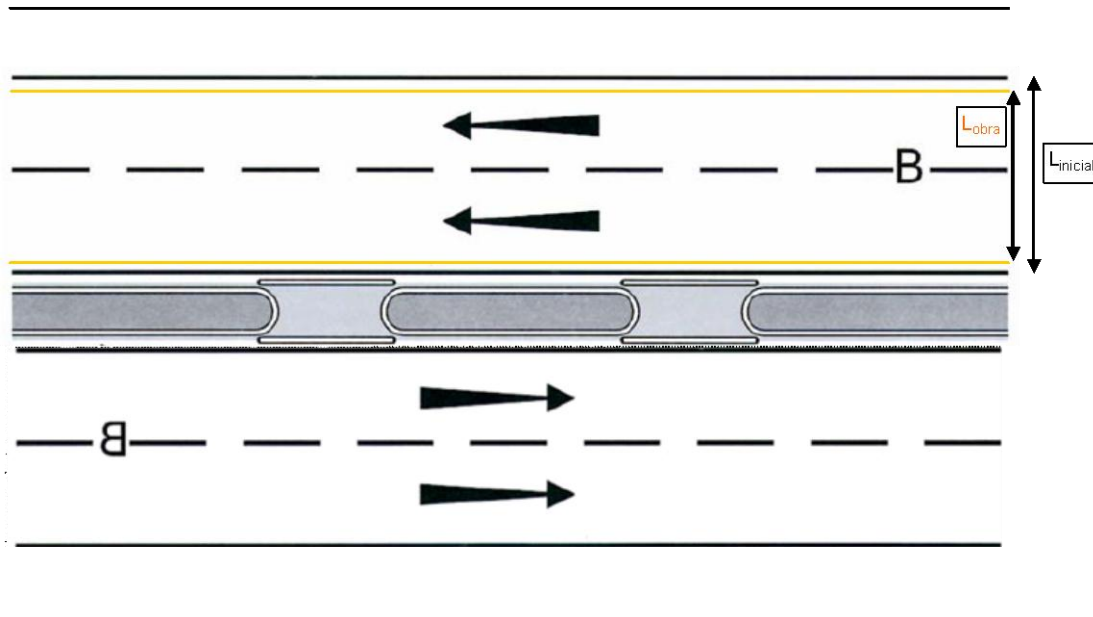
Impossibilidade de intervencionar ao mesmo tempo um lanço com $L > 10$ km

5. Condições mínimas de circulação nos troços em obras

“b) Existência de duas vias de circulação em cada sentido”

“c) A largura da via do troço em obras não pode ser inferior a 2/3 da largura da via inicial, incluindo a faixa de segurança (24/2007)” - **Confusão de Conceitos Faixa de Rodagem / Via**

“c) A largura das faixas de rodagem do troço em obras, incluindo a eventual berma ou faixa de segurança por onde se circule, não pode ser inferior a 2/3 da largura inicial (12/2008)”



$$L_{obra} \geq \frac{2}{3} L_{inicial}$$

PTT1: 2 vias 3.75m

$$L_{obra} \geq \frac{2}{3} \times 7.5 = 5.0 \text{ m}$$

PTT2: 2 vias 3.75m + via lentos 3.5m

$$L_{obra} \geq \frac{2}{3} \times 11 = 7.3 \text{ m}$$

≠

Art.º91 do RST

$$L_{via} \geq 2.9 \text{ m} \Rightarrow L_{obra} \geq 5.8 \text{ m}$$

5. Condições mínimas de circulação nos troços em obras

“d) Para extensões superiores a 5 km deve ser obrigatoriamente garantida a existência de bermas”

Definição do Dec. Reg. 12/2008~ Código da Estrada

a) «Berma» ou «faixa de segurança» a superfície da plataforma da estrada que ladeia a faixa de rodagem, a qual não se destina especialmente ao trânsito de veículos;

Definição da Norma de Traçado

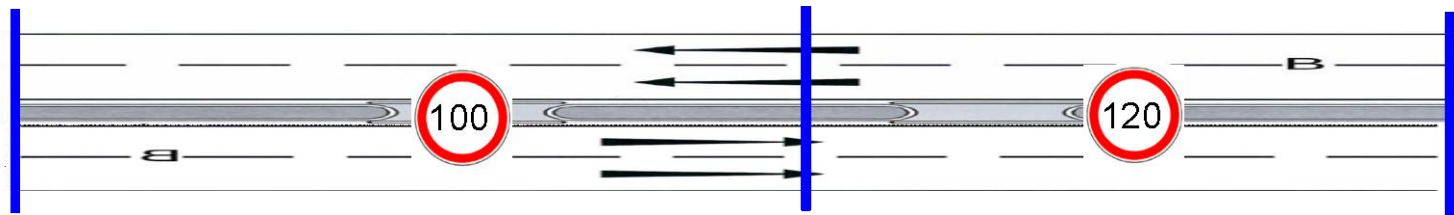
“As bermas são um refúgio para os veículos avariados, permitem a circulação dos veículos de socorro, e asseguram o suporte lateral da faixa de rodagem.”

Existe alguma largura mínima de berma obrigatória ?

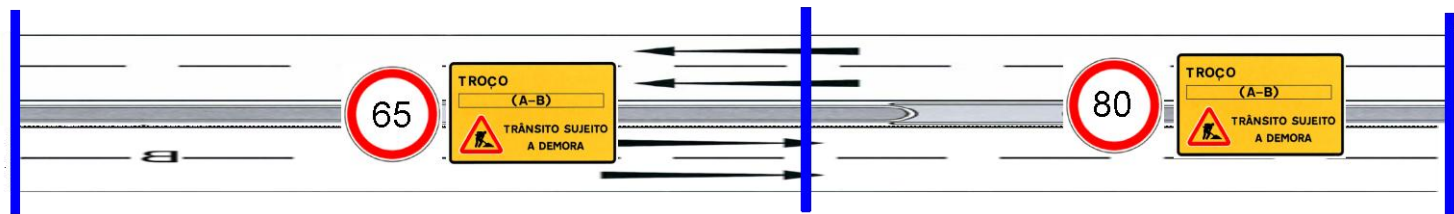
5. Condições mínimas de circulação nos troços em obras

“e) O limite máximo da velocidade no troço em obras não pode ser inferior a 2/3 do fixado para o troço em funcionamento normal”

Situação Normal



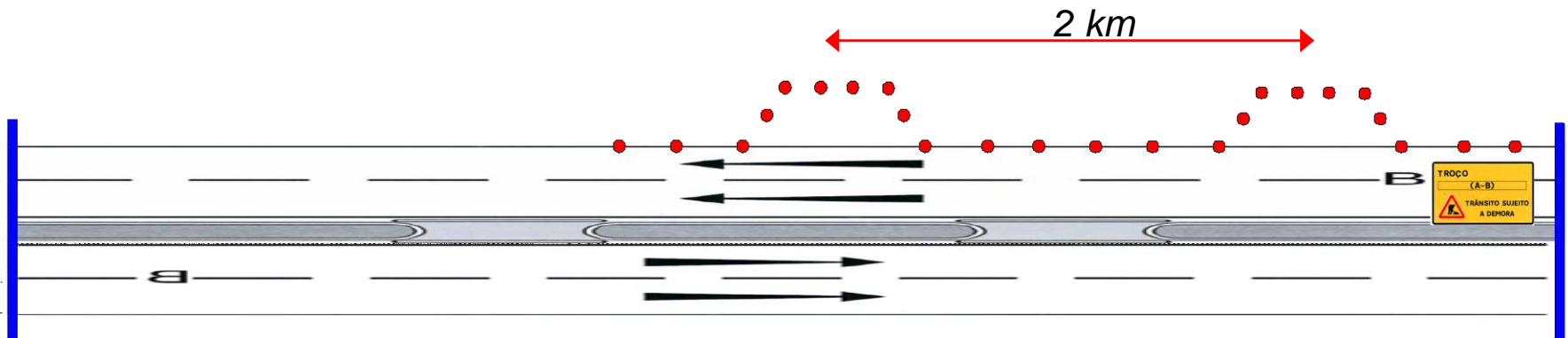
Situação Obras



Existem situações de obra (p.e. zonas de basculamento) em que, por questões de segurança, é forçoso prever velocidades ainda menores

5. Condições mínimas de circulação nos troços em obras

“f) Existência de abrigos de segurança em cada 2 km”



6.Obras Nocturnas

Os *trabalhos de demolição, construção ou manutenção das OA e pavimentação*, executados entre as *21 e as 7 horas* admite-se:

- 1 via por sentido, sendo $L_{obra} \geq 1/3 L_{inicial}$
- Velocidade Máxima obra $\geq 1/3 V_{inicial}$
- Extensão do constrangimento $< 3,5$ km

7. Obras urgentes

1. Decorrem de factos imprevisíveis, têm **duração <3 dias** e não são abrangidas pelas condições mínimas de circulação nos troços em obras
2. **Comunicação de imediato ao concedente** da ocorrência do evento, demonstrando a urgência das obras a realizar através de **memória justificativa** e descritiva das acções a efectuar
3. A comunicação deve ser transmitida de **forma automática (?)**, recorrendo à utilização de **meios informáticos e georreferenciados(?)**
4. Os trabalhos só se podem iniciar após efectuada a demonstração referida em 2- Esta demonstração pode ser efectuada **até 24h após o início dos trabalhos**, em situações excepcionais devidamente justificadas
5. Basculamentos só se podem efectuar:
 - por **períodos inferiores a 48h**
 - em distâncias inferiores a 3,5km dentro do mesmo sublanço
 - com a colocação de separador (perfis móveis ou cones de plástico) entre as vias de circulação

8. Informação aos utentes

Informação nos meios de comunicação social

- Obrigatória para obras que introduzam **constrangimentos duradouros** (duração >15 dias) ou **significativos** (duração > 3 dias mas que impliquem um nível de serviço F)
- Publicitada pelo menos **durante 2 dias** consecutivos em **2 jornais nacionais** e **1 local**, e se necessário pela rádio, televisão e internet, com uma **antecedência mínima de 2 dias** relativamente ao início das obras
- Deverá conter a duração prevista das obras, tipo de condicionamento, os itinerários alternativos e linhas (telefone e internet) de apoio disponíveis

Informação no local

- Na estrada em obras e nas vias de acesso
- Publicitada com uma **antecedência mínima de 2 dias** relativamente ao início das obras e aí mantida durante toda a duração das mesmas
- Deverá conter a duração prevista das obras (actualizada em função dos atrasos), tipo de condicionamento, os itinerários alternativos e linhas (telefone e internet) de apoio disponíveis
- Efectuada através de **painéis móveis**, incluindo os de **sinalização dinâmica(?)**, que obedeçam ao projecto de execução das obras aprovado, bem como através de PMV's existentes

9. Incumprimento

Incumprimento

- Obras sem prévia aprovação do respectivo projecto
- Ultrapassagem dos prazos previstos no projecto
- Não observância das condições mínimas de circulação, segurança, sinalização e informação



Declaração de incumprimento emitida pelo Concedente



Obriga a restituição ou não cobrança ao utente da taxa de portagem referente ao troço ou sublanço em obras



Encargos e Perda de Receita não previstos no âmbito dos Contratos de Concessão

10. Responsabilidade/Presunção de Culpa

Artigo 12.º

Responsabilidade

1 — Nas auto-estradas, com ou sem obras em curso, e em caso de acidente rodoviário, com consequências danosas para pessoas ou bens, o ónus da prova do cumprimento das obrigações de segurança cabe à concessionária, desde que a respectiva causa diga respeito a:

- a) Objectos arremessados para a via ou existentes nas faixas de rodagem;
- b) Atravessamento de animais;
- c) Líquidos na via, quando não resultantes de condições climáticas anormais.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, a confirmação das causas do acidente é obrigatoriamente verificada no local por autoridade policial competente, sem prejuízo do rápido restabelecimento das condições de circulação em segurança.

3 — São excluídos do número anterior os casos de força maior, que directamente afectem as actividades da concessão e não imputáveis ao concessionário, resultantes de:

- a) Condições climáticas manifestamente excepcionais, designadamente graves inundações, ciclones ou sismos;
- b) Cataclismo, epidemia, radiações atómicas, fogo ou raio;
- c) Tumulto, subversão, actos de terrorismo, rebelião ou guerra.

OBRIGAÇÕES DE SEGURANÇA = OBRIGAÇÃO DE MEIOS

- ✓ Vigilância e Manutenção das condições de circulação e do património (pavimento, drenagem, vedações, equipamentos de segurança, sinalização) - passagem no mesmo ponto da Concessão no máximo de 3/3h
- ✓ Detecção de obstáculos que possam potenciar situações perigosas para a circulação automóvel e sua remoção

≠

OBRIGAÇÃO DE RESULTADOS

- ✗ 100% de Garantia de inexistência de derrames, de animais/objectos na via, de apedrejamentos

JURISPRUDÊNCIA- Não há

ALEGAÇÕES DOS UTENTES- Crescente conhecimento e invocação da Lei n.º 24/2007

11.Regulação

A lei 24/2007 entrou em vigor no dia 19/07/2007

De acordo com o art.13 esta lei seria regulada pelo governo no prazo de 180 dias, ou seja, 19/01/2008,o que não se verificou

Entretanto foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 12/2008 de 9 de Junho, que entra em vigor em 9 de Julho de 2008

12. Constitucionalidade

- Embora apresentada como genérica, no sentido de carecer ainda de regulamentação, a Lei 24/2007 está orientada para situações concretas, **violando as regras do Estado de Direito e o Art.º13/1 da Constituição**
- A **Lei viola o princípio da igualdade**, ao estipular um regime diferenciado para as vias que constituem o seu objecto relativamente às leis gerais relativas ao tráfego
- Fixando novas condições para a execução e fiscalização das obras, que podem implicar a não cobrança de portagens, **atinge a estabilidade dos contratos e amputa o valor que cabia às Concessionárias**;
- **Afastando o princípio do equilíbrio financeiro, atinge a boa fé, a confiança e a igualdade**, ao determinar unilateralmente a não aplicabilidade do regime contratual da reposição do equilíbrio financeiro das concessionárias
- O preceito sobre a responsabilidade por acidentes em AE vem atingir processos em discussão judicial:
 - atinge a separação de poderes e **viola regras básicas do estado de Direito**
 - fixa uma presunção de incumprimento **contrária às regras do processo equitativo**

13.Acções Futuras

À semelhança do verificado para outros temas relevantes para as Associadas da APCAP, faz todo o sentido que a **APCAP se una** na discussão desta problemática nomeadamente através do CP2

Sucesso da discussão só será alcançado a partir da **partilha** de todas as Concessionárias das suas **experiências**, das **dificuldades** sentidas e finalmente das **soluções** encontradas para as ultrapassar